



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2022-0011

BI-2022-0002

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 20/01/2022

Hora: 14:30

Tipo: Denúncia (DEN-2022-0013)

Motivo da inspeção: Extraordinária

Inspetor responsável: João PRFB. Silva

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho. A inspeção foi realizada sem aviso prévio, tendo consistido em averiguação visual no local, não se encontrando qualquer pessoa no local.

O proprietário, Sr. David Gabriel da Rocha Ferreira da Costa, foi contactado posteriormente, para disponibilização da documentação necessária.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: D.Costa-Unipessoal, Lda.

NIPC/NIF: 512093121

Sede/morada: Canada das Roças, N.º 24

Código Postal: 9700-233

Freguesia: Posto Santo

Concelho: Angra do Heroísmo

Ilha: Ilha Terceira

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Terreno nas Veredas - Extração de pedra.

Endereço: Caminho das Veredas, Pedregal

Código Postal: 9700-687

Freguesia: Terra Chã

Concelho: Angra do Heroísmo

Ilha: Ilha Terceira

Atividade principal: 49410 - Transportes rodoviários de mercadorias

Outras atividades: ---

Período de funcionamento: ---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Licenciamento da atividade: ---



Figura 1.1: Localização do terreno inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

A ação inspetiva foi efetuada na sequência de denúncia efetuada neste serviço, no dia 18/01/2022, relativa a “extração de rocha sem licença”.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

2.2 – Descrição da situação observada

No local, verificou-se uma grande área do prédio já transformada em pastagem, conforme o previsto na licença emitida pelos Serviços Florestais da Terceira.

Numa parte do prédio identificaram-se trabalhos de extração de pedra, conforme fotografias apresentadas abaixo, estando esta atividade sujeita a licenciamento para exploração de massas minerais, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho, que estabelece o regime jurídico da revelação e aproveitamento de massas minerais na Região Autónoma dos Açores.



Foto 1 – Área do terreno já transformada em pastagem.



Foto 2 – Trabalhos de extração de pedra.



Foto 3 – Frente de extração de pedra.



Foto 4 – Frente de extração de pedra.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



Foto 5 – Frente de extração de pedra.



Foto 6 – Pedra extraída do local.

2.3 – Outras informações obtidas

Para o terreno em causa, a entidade David Costa Unipessoal detém uma licença para corte raso e transformação em pastagem, com a referência Licença PA n.º SFT/2020/60, de 29/07/2020, relativa ao processo PA/SFT/2020/49 dos Serviços Florestais da Terceira, tendo a mesma colhido parecer favorável da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (CMAH), constante do ofício n.º 7632/2020, daquela entidade.

A licença foi prorrogada por um ano, a contar a partir de 13/08/2021, conforme ofício n.º S-SFT/050.04.02/2021/834.

A entidade não detém qualquer licença de alteração à morfologia do solo e, segundo indicação do Sr. David Costa, quando solicitada à CMAH, foi indicado que o tipo de intervenção se enquadrava como uma pequena extração de massas minerais.

No dia 25 de janeiro de 2022 foi enviado, pela entidade, à CMAH ofício a solicitar parecer prévio de localização para uma exploração de massas minerais, ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho.

À data da inspeção, a entidade não detinha licença de exploração de massas minerais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

2.4 – Enquadramento legal

A licença de corte raso e transformação em pastagem foi emitida ao abrigo dos seguintes diplomas:

- O Decreto Legislativo Regional n.º 6/98/A, de 13 de abril, que tem por objeto a proteção, o ordenamento e a gestão do património florestal da Região Autónoma dos Açores, abrange as seguintes ações:
 - a) Corte, arranque, transplante, destruição ou danificação de árvores ou formações arbóreas que apresentem especial interesse económico, botânico, paisagístico ou ambiental;
 - b) Arroteamento de terrenos incultos tendo em vista o aproveitamento para pastagens ou destinados a outros fins agrícolas;
 - c) Transformação de terrenos florestais em terrenos para quaisquer outros fins;
- Decreto Regulamentar Regional n.º 13/99/A, de 3 de setembro, desenvolve o regime jurídico da proteção do património florestal da Região Autónoma dos Açores.

Algumas ações de destruição do revestimento vegetal, bem como de alteração à morfologia do solo carecem de licença camarária, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril:

- No n.º 1 do artigo 1.º estabelece que carecem de licenças das câmaras municipais:
 - a) as ações de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas;
 - b) as ações de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural ou das camadas do solo arável;
- No n.º 1 do artigo 2.º estabelece que se excetuam do disposto no artigo anterior:
 - a) as ações que, estando sujeitas a regime legal específico, já se encontrem devidamente autorizadas, licenciadas ou aprovadas pelos órgãos competentes;
 - b) as ações preparatórias de outras que se encontrem na situação descrita na alínea anterior.

A extração/exploração de massas minerais na Região Autónoma dos Açores, enquadra-se no Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho, que estabelece o regime jurídico da revelação e aproveitamento de massas minerais na RAA:

- O n.º 3 do artigo 3.º estabelece que “são de classe B as explorações de massas minerais a céu aberto que:
 - a) Não utilizem explosivos;
 - b) Não utilizem sistema de britagem;
 - c) Não utilizem sistema de fabricação de misturas betuminosas;
 - d) Não excedam uma profundidade de escavação de 10 m;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

- e) Não excedam 15 trabalhadores ao serviço;
- f) Não excedam a potência de meios mecânicos utilizados na exploração – 368 kW”.
- Na alínea a) do n.º 2 do artigo 12.º é estabelecido que a atribuição da licença de exploração é da competência da Câmara Municipal, quando se trate de pedreiras a céu aberto da classe B;
- De acordo com o n.º 1 do artigo 62.º, “a iniciativa para instauração e instrução dos processos de contra-ordenação compete, nos termos previstos no presente diploma, à câmara municipal, à direção regional com competência em matéria de indústria, à direção com competência em matéria de ambiente ou ao serviço da administração regional autónoma com competência em matéria de inspeção ambiental”.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. À data da inspeção, a entidade não detinha licença de exploração de massas minerais. A exploração de massas minerais sem licença, em violação do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho, constitui contraordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 60.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho, punível nos termos do n.º 1 artigo 60.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho, com coima de € 5.000 a € 50.000.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

4 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

O Sr. David Costa foi informado que o licenciamento da exploração de massas minerais tem de ser prévio ao início dos trabalhos.

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório de inspeção à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, como entidade licenciadora da exploração de massas minerais do tipo em causa, e competente em termos de iniciativa para a instauração e instrução de processos de contra-ordenação, uma vez que o processo de licenciamento já foi iniciado naquela entidade.